

A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO –
O QUE FEZ OU FAZ O BRASIL SER O BRASIL?
UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE CULTURA E COMPORTAMENTO.

Glauco Gonçalves de Souza

Resumo

O Estado brasileiro, tal como se encontra hoje, experienciou, no curso de sua história, diversos contextos, como por exemplo: ter sido reserva patrimonial e posteriormente colônia de exploração a servir aos interesses da coroa portuguesa e sua elite. Foi elevado à categoria de Reino Unido, junto a Portugal e Algarves depois da vinda da família real para estas terras e após sua independência, torna-se um império, sob o comando dos monarcas Pedro I e seu sucessor e filho Pedro II. Algum tempo depois, um golpe viria a destituir o regime de monarquia e fazer surgir por fim a República. Assim, o presente artigo, pretende revisar bibliografias que tratam da temática sobre a formação do Estado Brasileiro, abarcando fatos históricos que influenciaram e moldaram o estamento burocrático deste complexo país, verificar-se-á também, que costumes, comportamentos e práticas interferiram diretamente nas questões políticas e questões ligadas à administração pública, herdadas da elite portuguesa, bem como a cultura republicana que se desenvolveu na sociedade e no cidadão e o que fez ou ainda faz o Brasil ser o Brasil.

Palavras-chave: Estado brasileiro. Formação. Sociedade. Cultura.

Abstract

The Brazilian State, as it is today, has experienced, in the course of its history, diverse contexts, as for example: to have been patrimonial reserve and later colony of exploration to serve the interests of the Portuguese crown and its elite. It was elevated to the category of United Kingdom, next to Portugal and Algarves after the coming of the royal family to these lands and after its independence, becomes an empire, under the

¹ Psicólogo especialista em Política e Sociedade – UniDomBosco-PR, Pós-graduando em Neuropsicologia – UNIARA-SP. Docente do Curso de Psicologia das Faculdades Integradas do Vale do Ribeira – FVR – UNISEPE – SP. glaucoggs1987@gmail.com

command of the monarchs Pedro I and its successor and son Pedro II. Sometime later, a coup would remove the regime of monarchy and finally bring about the Republic. The present article intends to review bibliographies that deal with the Brazilian state formation, encompassing historical facts that influenced and shaped the bureaucratic state of this complex country. It will also be verified that customs, behaviors and practices interfered directly with political issues and issues. Linked to the public administration, inherited from the Portuguese elite, as well as the republican culture that developed in society and in the citizen and what made or still makes Brazil's Brazil.

Keywords: Brazilian State. Formation. Society. Culture.

Resumen

El estado brasileño, como lo es hoy, con experiencia en el curso de su historia, los diferentes contextos, por ejemplo, han sido de reserva patrimonial y, posteriormente, la minería colonia para servir a los intereses de la corona portuguesa y la élite. Fue elevado a la categoría del Reino Unido, junto con Portugal y el Algarve después de la familia real de venir a estas tierras y después de su independencia, se convierte en un imperio, bajo el mando de monarcas Pedro I y su sucesor e hijo Pedro II. Un tiempo después, un golpe vendría a destituir el régimen de monarquía y hacer surgir por fin la República. Así, el presente artículo, pretende revisar bibliografías que tratan de la temática sobre la formación del Estado Brasileño, abarcando hechos históricos que influenciaron y moldearon el estamento burocrático de este complejo país, se verificará también, que costumbres, comportamientos y prácticas interfirieron directamente cuestiones políticas y cuestiones relacionadas con la administración pública heredados de la élite portuguesa, así como la cultura republicana que se ha desarrollado en la sociedad y el ciudadano y lo que hacen o hace que Brasil es Brasil.

Palabras-clave: Estado brasileño. Entrenamiento. Sociedad, Cultura

Introdução

A noção que se tem atualmente sobre a palavra Estado e como essa deve ser empregada, é, ainda, consideravelmente recente sob a óptica da história. Isso pois,

Cad. de Pesq. Interdisc. em Psicologia: Fund. teóricos, históricos e epistemológicos do pensamento psicológico. Registro, vol. 2, p. 44-53, ag. 2018.

apenas no século XVI é que esse termo passa a ser utilizado dentro dos estudos científicos em referência à constituição de ordem pública.

O Estado moderno se dá a partir de uma população, sociedade ou habitantes que se encontram em um dado território soberanamente constituído, com governo que dita regras e exerce poder sobre essa população; essa por sua vez escolhe seus representantes e governantes para que realizem o bem comum. Vale aqui ressaltar que o Estado só se legitima a partir da instituição de uma lei maior, que se denomina Constituição. Assentado nesses princípios e bases, formou-se o Brasil, com sua lei Maior norteando os rumos da nação, hoje configurada pela Constituição de 1988. Mas quais estágios e contextos passou o país até os dias atuais?

A formação mais concreta do Estado brasileiro se dá a partir da sugestão do príncipe de Talleyrand, francês que influenciou os representantes de Portugal que se encontravam no Congresso de Viena (realizado após a derrota final de Napoleão, para que se pudesse reequilibrar a ordem mundial àquela época). O intuito era transmitir ao governo português a ideia de elevar o Brasil à categoria de reino, que até então, servia apenas como colônia de exploração. O fato então, deu-se nos idos de 16 de dezembro de 1815, com carta de lei assinada pelo príncipe regente D. João.

Entretanto, é preciso compreender que há algo mais além desse momento histórico que compõe a formação dessa complexa nação, desde fatos ocorridos no Império, República, Ditadura Militar e o período de Redemocratização.

Pretende-se, portanto, neste artigo, revisar bibliografias que abarquem os contextos, costumes, cultura, comportamentos e fases que influenciaram direta ou indiretamente a formação do Estado brasileiro.

Revisão Bibliográfica

Esquecido por algumas décadas após o seu descobrimento, o Brasil, fora tratado como mera reserva patrimonial e, nenhum proveito esperava-se ou mesmo pretendia-se retirar daquela porção de terra. Algum tempo depois, é que a coroa portuguesa conhece a possibilidade de extração das riquezas do solo e subsolo, e eleva então, as terras de

além-mar à condição de colônia de exploração, para servir às demandas da metrópole. Eis o início da formação do Estado Brasileiro (DALLARI, 1977).

Faoro (2008), afirma que essa formação se dá ainda e antes mesmo da gênese de uma sociedade, sendo a expansão do capitalismo da metrópole o estímulo para que se assentem as bases para o nascimento desse Estado. O autor argumenta ainda, que a evolução do Estado português, inseriu no Brasil duas características um tanto peculiares, que se apresentam e perpetuam na dinâmica da política brasileira até os dias atuais, como exemplo, o crescimento da elite burguesa dentro das estruturas estatais de maneira a aniquilar suas condições de autonomia; em contrapartida esse Estado, dotado de pesado aparato burocrático interfere de forma direta nos processos decisórios da população comum.

Adentrando ao contexto vivido pela corte portuguesa nos anos de 1500, pode-se perceber em linhas gerais, que não se fazia distinção entre terras pertencentes ao rei, seus 4 familiares e ao que era propriedade do Estado, há uma mistura, confusão entre o que possa ser público e privado. As terras dos nobres, no entanto, detinham apenas o título de posse, pois o domínio político delas, lhes era negado.

A lógica adotada era a de que esses integrantes da nobreza administrariam os bens do soberano, e seriam também considerados funcionários do rei. Isso fez com que a estrutura administrativa portuguesa se tornasse inchada, dado ao número excessivo desses funcionários, além de seus costumes caros e consumo luxuoso, que mais tarde colapsariam a disponibilidade de aporte financeiro existente nos limites do território português decorrentes do comércio ultramarino e mercantilista com as rotas para as Índias. Num ambiente onde a burocracia destinava-se aos serviços públicos, em Portugal àquela época, não se encontravam os aparatos de neutralidade e racionalidade pertinentes ao Estado como descritos por Weber, a prática presente era a de dar ou criar cargos a partir de favores reais, barganhas e outras bondades, para satisfazer interesses de poucos e ignorar a realização de um bem maior e coletivo (COSTA, 2012).

Costa (2012), aponta também, para esse estamento burocrático como atípico ao modelo de poder da nobreza, onde a condição de nascimento é que traria prestígio e riqueza, o que se expunha era uma classe de nobres dependentes de uma economia local altamente especulativa.

As possibilidades de financiamento dos padrões de vida daquela elite logo estariam esgotadas, foi a partir desse fato que se pensou a transferência e instalação da estrutura administrativa portuguesa para terras brasileiras e isso se deu com a criação das capitanias hereditárias, posteriormente chefiadas por Tomé de Souza, então governador geral do Brasil. A ideia era gerar uma sociedade com proteção de leis coloniais que bancassem os interesses da coroa explorando as riquezas encontradas naquele país. Surge no Brasil, um modelo de Estado que impõe um projeto de desenvolvimento e ao mesmo o empreende e o delega aos grupos sociais (CAMPANTE, 2003).

Com vistas ao que fora até aqui tratado, Faoro (1993, citado por CAMPANTE, 2003), propõe que o Estado brasileiro tenha adotado o capitalismo tanto na esfera privada como na área da gestão pública, amiúde, em sua racionalidade técnica. Entretanto, na gestão pública, faz-se a adoção apenas de modo formal (direito e planejamento) sem incorporar o espírito e a essência desta racionalidade. Havia apenas a presença de uma racionalidade proporcional aos interesses privados, sem fazer culto à livre empresa, forçava-se o crescimento de uma cultura de recebimento de benesses, favores e todo tipo de vantagens que pudessem ser obtidas do Estado. Opera-se num modelo de burocracia que atende apenas a interesses e demandas de grupos específicos.

Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro *Raízes do Brasil*, trata também desta temática:

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário “patrimonial” do puro burocrata, conforme a definição de Max Weber. Para o funcionário “patrimonial” a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem,

relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado burocrático, em que prevalece a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer as funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado burocrático (HOLANDA, 1969, p. 105-6).

Segundo Silveira (2006), o Brasil em seu processo de formação, não experienciou de forma plena o mecanismo de construção de um espaço público autônomo, ficando apenas ligado a laços tradicionalistas, em que prevalecem as relações familiares, sobrepondo-se à esfera pública com seus valores.

Adentrando novamente ao contexto histórico, após o fracasso do modelo de capitânicas hereditárias, introduz-se no ano de 1621 um governo geral para todo o Brasil, com a função agora, de manter maior e mais efetivo controle sobre as terras, além de gerar unidade com o interesse em arrecadar o máximo de riquezas e coibir qualquer situação que configurasse insubordinação (DALLARI, 1977).

Ainda de acordo com Dallari (1977), haviam no Brasil, mesmo após a centralização do poder com o governo geral abrangendo os limites quase que totais de seu território, dois polos de desenvolvimento, o Norte e o Nordeste, onde a autoridade se firmava na posse de terras e o Centro-sul que possuía grandes quantidades de pedras preciosas como o diamante e também grandes quantidades de ouro, favoreceram a formação de centros urbanos que ostentavam e rivalizavam a riqueza que detinham entre si. Tais fatores propiciaram o surgimento de municipalidades com autonomia e lideranças, pois aquele governo geral, citado ainda há pouco, não participava diretamente nos contextos e resolução de problemas cotidianos destes locais. Seguiu-se assim, a primeira fase de formação política do Brasil, com traços de um Estado ainda por se definir mais concretamente.

Foi no início dos anos 1800, de acordo com Doval (2013), que Portugal decide transferir a côrte para a então colônia, atitude essa, provocada por razão da iminente invasão do exército de Napoleão nas terras portuguesas, pois a França que estava em

guerra contra o Reino Unido, pretendia-se a tal feito. Por sua vez, Portugal, dependia da Grã-Bretanha para manter a defesa do império ultramarino. Lançou-se então ao mar a família real, em direção ao novo continente, transferindo a capital de todo o reino para a cidade do Rio de Janeiro, dando-lhe novo status e gerando duas consequências, uma de ordem externa, em que pese a abertura dos portos do Brasil aos demais países, encerrando o monopólio que detinha a metrópole e outra, de ordem interna, com a criação de órgãos sociais afim de servir as demandas da corte recente instalada, que tempos mais tarde, viria a se confrontar com interesses da nobreza que ficara na Europa. E, no ano de 1815, eleva-se o Brasil à categoria de reino junto a Portugal e Algarves, é interessante aqui ressaltar que tal feito fez o Brasil independente a muitas situações relacionadas a Portugal, mas não independente do povo português.

Após alguns anos, com a revolução ocorrida na cidade do Porto, Don João VI retorna à Lisboa e deixa como regente o príncipe Pedro, que se une aos comerciantes e proprietários de escravos para dar cabo do processo de emancipação do território brasileiro e frear qualquer intento de recolonização por parte da metrópole e espantar os ventos liberais que se avizinhavam. Eis que, no ano de 1822 o fato se consuma e é então declarada a independência do Brasil e o novo Estado surge oficialmente, mantendo o regime de monarquia juntamente com as elites de visão tradicionalista e patrimonialistas para com assuntos estatais, ao passo que as demais nações da América Latina já se encontravam em regimes presidencialistas (DOVAL, 2013).

Pode-se notar que estes rompantes da elite brasileira, que tinham a finalidade de moldar o Estado de acordo com seus desejos, interesses e demandas, assim como o processo de independência citado acima, foi percebido e citado por Viana (1982) em sua obra “Populações meridionais do Brasil e instituições políticas brasileiras”, apontando de maneira clara o individualismo e o interesse de poucos:

[...] o brasileiro é fundamentalmente individualista, mais mesmo, muito mais do que outros povos latino-americanos. Estes tiveram, no início, uma certa educação comunitária de trabalho e de economia. [...] nós não. No Brasil, só o indivíduo vale e o que é pior, vale se, precisar da sociedade, da comunidade. Estude-se a história da nossa formação social e econômica e ver-se-á como tudo concorre para dispersar o homem,

isolar o homem, desenvolver no homem, o indivíduo. O homem socializado, o homem solidarista, o homem dependente de grupo ou colaborando com o grupo não teve aqui, clima para surgir, nem temperatura para desenvolver-se: - “De onde nasce que nenhum homem nesta terra é republicano, nem vale ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular [...]” (VIANNA, 1982, p. 392).

O período Republicano também é marcado por padrões de relações sociais e econômicas puramente oligárquicas, familiares e autoritárias. Qualquer intervenção por parte do Estado, representar-se-ia como um malgrado fio de esperança de proteção contra as oligarquias, por parte dos cidadãos, mas os ímpetus de descentralização jogavam para o centro do poder ainda mais a elite, que por sua vez protegiam seus interesses e defenestravam quaisquer que fossem os ideais e intentos de promoção do bem comum (VIANNA, 1982).

O passado insiste em exercer influências, e certames entre as classes mais ricas aplicavam estratégias de dominação com exclusiva finalidade de manter seus privilégios, Debrun (1983), afirma que essas situações se deram sempre e, à medida que, grupos marginalizados ou esquecidos se beneficiariam com alguma ação proposta pelo governo. O golpe de 64 ilustra bem essas conciliações entre as elites, onde o autoritarismo aplacava as dissidências e conduzia sobre o restante da população as práticas políticas que lhes convinha. Quando se findou o interesse na permanência dos generais no comando do país, os grupos dominantes insatisfeitos com os rumos que o país tomava, movimentaram-se para a abertura democrática, com eleições diretas, uma nova constituição, reorganização do modelo de Estado e uma maior presença de questões e valores relacionados a direitos sociais, segurança, bem-estar, igualdade, justiça, desenvolvimento e liberdade nas pautas das discussões nacionais, haja vista a presença de diferentes movimentos sociais na elaboração da nova constituição, entretanto tais mudanças se fizeram ainda em caráter residual, ou seja, aquém das demandas existentes. (SANTOS, 2011).

É possível concluir que o Estado brasileiro, esteve sempre às voltas nessa viagem redonda, como apontado por Costa (2012), de maneira a revelar uma incapacidade de desenvolvimento e transformação de sua sociedade, sendo então, possível entender o que faz o Brasil ser o Brasil.

Considerações Finais

Em linhas gerais, o Estado brasileiro, consolidou suas bases e instituições dentro de uma cultura patrimonialista, ou seja, trata de assuntos governamentais e ligados à administração pública como algo de ordem estritamente pessoal, tendo o passado colonial gerado um abismo social por entre as classes e deixado o Estado à mercê de grupos que agem apenas em detrimento de suas demandas. E, mesmo após anos e avanços ocorridos, o Brasil ainda está fadado à prática de fundir o público com o privado, a ter o bem comum e geral aniquilado pela sanha individualista de poucos. Está fadado também, a ter seus rumos direcionados por estes que se dizem donos da verdade, mas que pouco se importam com o que seja de fato a verdade, ocupam os espaços do aparato estatal e concedem miúdas bondades ao povo, para que se aquietem as massas e continue a perpetuar o projeto de poder que lhes convir.

Referências

- CAMPANTE, R. G. “O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. Dados”. *Revistas de Ciências Sociais*, 1.1 (46, 2003): 153-193.
- COSTA, L. M. B. “Formação do Estado Brasileiro e Democracia: Lições de Faoro e Fernandes”20 (2; jul/dez): 203-211. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php./sociais>>. Acesso em: 06 fev. 2017.
- DALLARI, D. (1977). *Constituição e Evolução do Estado Brasileiro*. In Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. v. LXXII.
- DEBRUN, M. (1983). *A conciliação e outras estratégias*. São Paulo: Brasiliense.
- DOVAL, G. P. A “formação do Estado e usos de sua política externa brasileira à luz do processo de construção da identidade. A definição de situações-chave *Civilizar*, 25 (13). Disponível em:

http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_artetext&pid=S1657-

89532013000200005>. Acesso em: 10 fev. 2017.

FAORO, R. (2008). *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Editora Globo S. A.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil* (1969). 5. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.

SANTOS, E. S. “Formação do Estado Brasileiro e suas repercussões educacionais”.

Disponível em:

<http://www.lex.com.br/doutrina_24091835_FORMACAO_DO_ESTADO_BRASILEIRO_E_SUAS_REPERCUSSOES_EDU>. Acesso em: 19 dez. 2016.

SILVEIRA, D. B. “Patrimonialismo e a formação do Estado Brasileiro: uma releitura do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Oliveira Vianna”.

Disponível em: <<http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/Anais/Daniel>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

VIANNA, O. “Populações meridionais do Brasil e instituições políticas brasileiras”. Rio de Janeiro: José Olympio, (1952).

Artigo recebido: 05/06/2018

Artigo aprovado em: 08/07/2018

Número de ISBN

978-85-66848-18-2